

AUTO-CONCEITO E VINCULAÇÃO NA CRIANÇA CIGANA

CARLA VIRGINIA NOBRE DE BRITO

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor doutor António José dos Santos, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a todos os participantes e instituições que contribuíram para a realização deste estudo. Agradeço a todos os projectos do Programa Escolhas que facilitaram o contacto com as famílias e crianças ciganas. Sem este apoio institucional não teria sido possível alcançar o número de participantes necessários à investigação.

Agradeço todos os conhecimentos culturais que as crianças me foram transmitindo ao longo dos dias em que foram aplicadas as provas.

Julgo necessário ainda agradecer aos meus pais que sempre me apoiaram e permitiram a continuidade da minha formação académica.

Agradeço também todo o apoio e disponibilidade que o professor Doutor António José dos Santos me disponibilizou ao longo da investigação.

Para finalizar, gostaria de agradecer aos professores e colegas da equipa de investigação da Psicologia do Desenvolvimento, por todo o apoio prestado à realização desta investigação.

Resumo:

Estudos de vários autores sugerem que o self e as suas características individuais estão directamente ligados às relações estabelecidas com a figura de vinculação. Segundo Bowlby (1973/1984), a criança quando nasce conhece o mundo pelos contactos que estabelece com a figura cuidadora. Esta relação faz com que a criança se sinta mais ou menos valorizadas, sendo estes sentimentos incorporados no self. Este é considerado por alguns autores como sendo composto por imagens acerca do que pensamos que somos, do que pensamos que conseguimos realizar, do que pensamos que os outros pensam de nós e também de como gostaríamos de ser. (Burns, 1979) Deste modo, julgamos importante perceber se uma cultura poderá influenciar a relação que existe entre self e representação da vinculação, sabendo que, a identidade de uma pessoa é influenciada pela cultura que a rodeia, e que segundo alguns autores, que a torna o que ela é. (Moscovici, 1984). Para aferir o auto-conceito utilizámos a escala “Como é que eu sou” (Alves Martins, Peixoto, Mata & Monteiro, 1995) e para aceder a vinculação, o Desenho infantil da família (Santos e Veríssimo, 2001). Ambos foram aplicados a 30 crianças ciganas com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos. Os resultados obtidos demonstram que a cultura desta etnia parece não alterar de forma significativa a relação entre qualidade da vinculação e auto-conceito, tendo-se verificado que as crianças seguras descrevem-se de uma forma mais positiva ao nível das suas capacidades escolares, ao nível da sua aparência física e auto-estima global.

Palavras-Chave: Auto-conceito, Qualidade da vinculação, Desenho infantil da Família, Ciganos

Abstract:

Studies developed by several authors suggest that, Self and its individual characteristics are directly related to the relationships established with the primary figure of attachment. According to Bowlby (1973), when born, the child gets to know the world by establishing contacts with the caretaker figure. This relationship makes the child feel more or less valued, and these feelings are embodied in the self. Self is considered by some authors, as being composed by images of what we think we are, of what we think we can achieve, of what we think others think of us and also what we would like to be. (Burns, 1979) Thus, we deem important to realize if a culture can influence the dyadic relationship and therefore the relationship between self and representation of attachment, knowing that, the identity of a person is influenced by the culture that surrounds it, which according to some authors, makes it what it is. (Moscovici, 1984). To measure self-concept we used: the scale "Como é que eu sou" (Alves Martins, Peixoto, Woods & Miller, 1995) and the attachment representations was assessed through the "Desenho infantil da Família" (Santos and Verissimo, 2001) in a sample of 30 gypsy children aged between 7 and 10 years. Our results show that this culture does not alter significantly the relationship between quality of attachment and self-concept, previously described in literature. It was found that children security attached described themselves in a more positive way, in relation to their school capacities, their physical appearance and global self-esteem.

Key-words: Self-concept, quality of attachment, family drawing, Gypsies.

Índice

Lista de tabelas	VI
Introdução	1
1. Auto-conceito	1
1.1 Definição de auto-conceito	1
1.2 Enquadramento teórico do Auto-conceito.....	3
1.3 Características do Auto-conceito	6
1.4 Constituintes do Auto-conceito	9
1.5 Construção do auto-conceito ao longo do desenvolvimento	10
2. Teoria da Vinculação	11
2.1 Jonh Bowlby	11
2.2 Mary Ainsworth	15
2.3 Vinculação e desenvolvimento	16
2.4 Modelos Internos Dinâmicos	18
3. Relação entre o Auto-conceito e as Representações da Vinculação	20
4. Etnia cigana – Características sociais	22
Método	24
1. Participantes	24
2. Instrumentos	24
3. Procedimento	26
3.1 “Como é que eu sou” – escala de avaliação do Auto-conceito;	26
3.2 Desenho Infantil da Família – instrumento de avaliação da Representação da vinculação.....	27
Resultados	28
Discussão	31
Referências bibliográficas.....	33

Lista de Tabelas

TABELA 1: Estatística e fiabilidade da Escala do Auto-conceito.....	28
TABELA 2: Análise da Variância das dimensões do Auto-Conceito em função do género.....	29
TABELA 3: Relação entre qualidade de vinculação e género.....	29
TABELA 4: Médias e Desvios Padrões do Auto-Conceito quanto à Qualidade da Vinculação.....	30

Introdução

Auto-conceito

Definição de auto-conceito

Vários estudos têm sido desenvolvidos com o intuito de compreender o modo como o sujeito se percebe e, como essas percepções afectam o seu comportamento. Muitos são os autores que têm investigado sobre o auto-conceito e as suas dimensões, o que deu origem a um leque recheado de definições. Uma breve revisão da literatura no domínio do auto-conceito permite-nos perceber que não existe uma definição clara deste constructo, mas sim várias definições que convergem entre si permitindo perceber a importância do estudo deste conceito.

Começando por analisar estas definições podemos constatar que, por exemplo, Shavelson, Hubner & Stanton (1976, citado por Marsh e Shavelson, 1985) definem o auto-conceito como um conjunto de auto-percepções que cada individuo forma tendo em conta, as suas experiências com o meio envolvente e a interpretação que a partir destas elabora. Estas sofrem influências por parte dos outros devido às avaliações, reforços e atribuições que fazem ao seu comportamento. Segundo os mesmos autores o auto-conceito é um constructo hipotético que é útil na explicação e predição do comportamento. Para Burns (1979) o auto-conceito é composto por imagens acerca do que pensamos que somos, do que pensamos que conseguimos realizar, do que pensamos que os outros pensam de nós e também de como gostaríamos de ser. O autor considera ainda este constructo como um processo dinâmico com mudanças subtis. Também Feiring e Taska (1996) defenderam esta visão dinâmica do self, utilizando o termo auto-conceito para sintetizar um sistema de auto-generalizações e esquemas derivados de experiências anteriormente vividas e que, segundo os autores, inclui o self existencial e o self categorial. O self existencial é descrito como sendo o actor que interage e cria relações, e o self categorial corresponde os conhecimento e avaliação constante que o sujeito faz das suas características. Já anteriormente Adler (1963, citado por Hattie, 1992) definia o self recorrendo a metáforas, mostrando-nos que o auto-conceito tanto é o artista como a pintura que dele resulta.

Serra (1988) refere-se ao auto-conceito como “ *a percepção que os indivíduos têm de si e o conceito que devido a isso, forma de si*” (p.101).

Considera-o como um constructo hipotético, que é útil e necessário para um bom funcionamento pessoal.

Hattie (1992) caracteriza o auto-conceito como: as avaliações cognitivas que possuímos de nós próprios, sendo a sua principal componente descritiva. Peixoto (2003) refere que o auto-conceito pode ser uma variável mediadora para atingir determinados objetivos, tais como: “*rendimento académico, bom desempenho desportivo, adaptação profissional, etc.*”. (p. 19).

Também Harter (1999) ao elaborar uma revisão da literatura sobre os estudos desenvolvidos em torno do auto-conceito, concluiu que o auto conceito dever ser descrito como “*Is a primarily reserved for evaluative judgments of attributes with discrete domains such as cognitive competence, social acceptance, physical appearance .*”(p.5). A autora refere que todos os estudos desenvolvidos nas últimas décadas, tem permitido não só alargar conhecimentos sobre este constructo como: a construção de instrumentos para a sua avaliação, a compreensão da relação com outras variáveis e o aumento da intervenção para a sua promoção em diversos contextos como o clínico, educativo e desportivo (Harter, 1999).

O auto-conceito é muitas vezes, na literatura, confundido com conceitos como a auto-estima, mas estes dois conceitos não são sinónimos, pelo contrário são “*duas entidades psicológicas distintas e que reenviam para diferentes formas de avaliação do self*” (Peixoto, 2003, p.18) O auto-conceito tem uma componente de contextualização e uma de avaliação baseadas em cognições, a auto-estima é descontextualizada e elabora avaliações baseadas numa componente afectiva.

A auto-estima têm também sido tema de muitos estudos nas últimas décadas, mas foi James (1902, citado por Raposo, 1996) o primeiro a definir este conceito como sendo a relação entre o sucesso de um indivíduo e as suas aspirações. Desta forma segundo o autor, a auto-estima é definida de acordo com as aspirações que cada um tem. Por isso, quanto mais próximo estiver o sucesso obtido das aspirações do sujeito, maior será a sua auto-estima e vice-versa. Outros autores contemporâneos como Martins e Peixoto (1998, citados por, Dinis, 1999) buscam esta definição de James e caracterizam a auto-estima como a distância entre o *Self Real* e o *Self Ideal*. Osborne (1996, citado por Peixoto, 2003) define auto-estima pondo em evidência a sua componente afectiva. Esta é, para o autor, composta por sentimentos com uma determinada valência que o indivíduo possui sobre si próprio e que, se podem tornar mais ou menos positivos de acordo com o confronto que o sujeito tem com os sucessos e fracassos com que se vai deparando ao longo da vida. Harter (1983) mostra como auto-valor pode também ser sinónimo de auto-estima e definir a visão global que um individuo tem de si próprio.

A partir destas definições conseguimos perceber que auto-conceito e auto-estima são constructos diferentes e que não podem ser confundidos pois o primeiro representa o que pensamos sobre nós próprios e o segundo, ligado a uma componente mais afectiva, está relacionada com o que sentimos acerca de nós.

Enquadramento teórico do auto-conceito

Muitos estudos têm sido desenvolvidos de modo a perceber a complexidade e desenvolvimento do self. O interesse por este constructo remonta-nos à Grécia antiga a filósofos como Plato, Sócrates, Aristóteles e às suas teorias sobre a alma (Hattie, 1992). Actualmente a maior parte dos teóricos que se debruçam sobre o estudo do auto-conceito prestam homenagem a William James, considerado o “pai” deste constructo, e a outros autores defensores do interaccionismo simbólico tais como Cooley, Mead e Baldwin (Harter, 1996, 1999).

Para William James o self tanto pode ser sujeito como objecto. O self como sujeito foi designado pelo autor como “*P*”, o self que conhece e que percepção, o “*Knower*”. Este self é também objecto de percepção avaliação e observação por parte dos outros e de si mesmo, por isso foi designado pelo autor de “*Me*”. O “*T*” representa a experiência na sua essência e o “*Me*” os conteúdos resultantes dessa experiência, um pensamento, uma imagem ou memória. (Hattie, 1992). Segundo James (1890, citado por Harter, 1983, 1999) o “*Me*” representa “an empirical aggregate of things objectively Knower”, é a soma de tudo o que um indivíduo pode considerar realmente seu. O self é então formado pela junção das características do “*P*” e do “*Me*” que se vão alterando ao longo da vida e do desenvolvimento psicossocial de um indivíduo.

Nesta teoria o “*Me*” apresenta um papel fundamental à construção e funcionamento do self mesmo que, segundo o autor, seja o “*P*” (conhecedor) o responsável pela construção do “*Me*”. (Harter, 1999). James realizou estudos empíricos para perceber a natureza do “*Me*”, concluiu então que este pode ser subdividido em quatro “constituintes”, e que ao se desenvolver este, leva á formação de sentimentos e emoções. Os “constituintes” possuem uma hierarquia de acordo com a importância que têm no desenvolvimento da noção de si, face aos outros, que a criança vai construindo. Os “constituintes” do “*Me*” são o self corporal, self material, self social e self espiritual, sendo este último o patamar mais elevado da hierarquia.

O self corporal, refere-se as nossas imagens corporais ao modo com percebemos e sentimos o nosso “corpo físico”.

O self material, é constituído pelos bens materiais que nos rodeiam e que consideramos parte de nós. Para justificar a existência destes constituintes, James (1980, citado por Hattie, 1992) refere que “*We all have a blind impulse to watch over our body, to deck it with clothing of an ornamental sort, to cherish parents, wives and babies, and to find ourselves a home of our very own.*”(p.15) O autor considerava também que os indivíduos deveriam dar mais valor aos outros do que ao seu corpo ou á sua saúde, por isso coloca estes constituintes, corporal e material como sendo os menos importantes da hierarquia do “Me” (Harter, 1999). Hoje em dia este modelo hierárquico talvez pudesse ser modificado devido às mudanças histórico-sociais emergentes no século XX.

O self social, é o conjunto de características nossas que são reconhecidas pelos outros significativos. O autor conclui então, que existem tantos self’s sociais quantos os indivíduos que tem de nós uma imagem guardada. (James, 1890, citado por, Hattie, 1992). Esta multiplicidade de self’s, provenientes dos outros, podem não “apontar o mesmo sentido” o leva a que existam muitas vezes incompatibilidades (Harter, 1999).

O self espiritual foi descrito pelo autor como sendo “*so supremely precious that rather than lose it, a man ought to be willing to give up friends and good fame, and property, and life itself*” (James, 1980, citado por Lopes, 2001, p.18). Sendo o topo da hierarquia dos constituintes está ligado aos pensamentos, sentimentos e emoções de um indivíduo, ao que ele é realmente.

Os autores defensores do interaccionismo simbólico, colocam grande ênfase no peso que as interações sociais têm sobre o delineamento do self. O interaccionismo Simbólico emerge durante os anos 20-30, e constituiu uma das mais importantes correntes sociológicas desenvolvidas dentro da Psicologia Social. Para Cooley (1902), Mead (1925) e Baldwin (1987), o self resulta de uma construção social criada a partir das interações que se estabelecem com os outros (Harter, 1983,1999; Lopes, 2001).

Cooley (1902) desenvolveu a sua teoria tendo por base estes pressupostos. Afirmou que os outros significativos constituem um espelho social (“*looking glass self*”) no qual o indivíduo tenta perceber o que os outros pensam de si de modo a incorporar estas informações no seu “self”.

O auto-conceito é um “reflexo” das expectativas e opiniões que os outros significativos têm. “*Each to each a looking-glass, reflect the other that doth pass*” (Cooley, 1902, citado por Harter, 1983, 1996, 1999; Hattie, 1992, p.227). Segundo o autor o que constitui o self é então, o que imaginamos que os outros pensam de nós, da nossa aparência, motivos, acções, carácter, etc. Este “*self-idea*”, resultante da apropriação de ideias, é constituído por três componentes: (a) o que imaginamos que os outros julgam da nossa aparência (b) o que imaginamos que são os seus

juízos face ao que pensam da nossa aparência e (c) e os sentimentos face ao self que podem oscilar entre dois pólos como por exemplo, entre o orgulho e a vergonha (Harter, 1983,1999; Hattie, 1992).

Mead (1925, 1934) mostrou-se ainda mais defensor do que Cooley do papel que as interações sociais têm na construção do self, particularmente quando o meio de transmissão de informação passa pelo uso da linguagem. Segundo o autor, o self é uma estrutura social, que quando formada fornece experiências sociais ao próprio. Como recorre a linguagem, é versátil, tem a capacidade de tomar o lugar do outro, agir e pensar relativamente a si como os outros fariam. Deste modo, o indivíduo vai incorporando no seu “self” as atitudes dos outros relativamente a si. A este fenómeno Mead (1925) deu o nome de “outro generalizado”. *“We appear as selves in our conduct insofar as we ourselves take the attitude that others take toward us. We take the role of what may be called the “generalized other”* (Mead, 1925, citado por Harter, 1983, 1999, p.19). Ao longo do desenvolvimento o indivíduo vai adoptando a perspectiva generalizada de um grupo de pessoas que partilham perspectivas particulares do self, do que é ser-se pessoa.

Baldwin (1897) postulou que a construção do self é um processo social que implica a relação entre o indivíduo e os outros e que suporta no meio, o superego. Esta construção é mediada pela imitação, sendo uma “criação imitativa”. Baldwin (1897, citado por Harter, 1999) escreve *“My sense of myself grows by my imitations of you, and my sense of yourself grows in terms of my sense of myself. Both ego and alter are thus essentially social; each is a socius and each is an imitative creation”*. (p.19) Segundo o autor, enquanto os comportamentos são imitados tornam-se parte integrante do self. O desenvolvimento da personalidade da criança só será possível se existirem interações imitativas, se o self se for alterando, através das sugestões dos outros.

Para Baldwin os atributos do self podem ter diferentes formas em diferentes contextos relacionais. Exemplifica como por exemplo, uma criança em casa pode ser agressiva para os irmãos e noutros contextos extra familiares se torna dócil. (Baldwin, 1897, citado por Lopes 2001).

Em James, Cooley, Mead e Baldwin é possível identificar temáticas ligadas ao desenvolvimento do auto-conceito que continuam a ser estudadas na actualidade, julgo por isso ser necessário referir como no século XX os autores têm vindo a olhar o self.

Na primeira metade do século XX emergem, com grande força, as teorias behavioristas que defendiam o estudo dos fenómenos observáveis, a aplicação de metodologias objectivas e a generalização de resultados. Tendo por base o directamente observável como ponto de partida

para qualquer estudo, os behavioristas puseram de parte o conhecimento do self e qualquer outro conceito que não fosse geral. De parte ficou também o estudo da auto-estima, da força do ego, de sentimentos de onipotência, da falha narcísica de todas as dimensões individuais do homem que não são directamente observáveis (Harter, 1999).

A segunda metade do século, permitiu que o estudo do auto-conceito voltasse às “luzes da ribalta”. À medida que o Behaviorismo perdia força, por volta dos finais dos anos 50, o cognitivismo foi tomando forma. Nesta perspectiva teórica o sujeito tem um papel activo, reflexivo e planificador. O modo como as pessoas pensam, sentem, reagem, e processam a informação (assimilação, transformação, retenção, reprodução) é influenciado pelas representações que uma pessoa tem sobre si mesma e sobre a realidade exterior. Mas o auto-conceito não se resume apenas a representações, valores e crença que cada pessoa tem, este é ao mesmo tempo uma estrutura activa do processamento de informação. (Markus, 1977) Deste modo, é um processo em constante mutação, fruto da relação recíproca entre o sujeito e o meio.

Nesta segunda metade do sec. XX, presta-se também homenagem aos defensores das teorias do desenvolvimento e aos modelos de Piaget. Surge nesta altura, a noção de que o self é uma construção cognitiva, uma constelação de representações mentais. (Markus, 1977).

Características do Auto-Conceito

O auto-conceito é dotado de algumas características fundamentais, o que é visível se tivermos em conta a sua definição e os vários estudos que se tem vindo a realizar para perceber qual a influência deste constructo no comportamento humano e na personalidade.

Harter (1999) revê os vários autores que teorizaram sobre o auto-conceito e apresentam-nos cinco modelos conceptuais.

O primeiro modelo que Harter descreve, surge pelas mãos de Coopersmith (1967) que considerava o auto-conceito como um constructo unidimensional que poderia ser medido pela apresentação de um conjunto de itens referentes a vários conteúdos da vida da pessoa. Estes quando somados originavam um resultado total de auto-conceito, tendo por isso todos os itens o mesmo peso. Este modelo foi desafiado por outras descobertas que evidenciavam a existência de diferenças nos vários componentes/dimensões do auto-conceito, ou seja, que nem todos possuíam o mesmo peso nas representações que as pessoas têm de si próprias.

Surge então, devido a estas novas evidências, um segundo modelo que considera o auto-conceito como sendo multidimensional com factores independentes e factores correlacionados. Estudos realizados por Hattie e Marsh (1996) demonstram que existe um suporte claro para este modelo que defende a correlação entre factores, mas não a independência de factores.

Um terceiro modelo remete-nos para importância que as dimensões têm na definição que um indivíduo faz do seu auto-conceito. Este modelo hierárquico representa o auto-conceito como uma categoria de nível superior sob a qual todas as outras tomam determinada ordem (Harter, 1999).

O quarto modelo apresentado por Harter (1999) na sua revisão foi desenvolvido por Rosenberg (1979) tendo por base a ideia de que os diferentes constituintes do auto-conceito são analisados, avaliados e hierarquizados pelo sujeito de modo inconsciente. O autor criou então uma medida unidimensional que demonstra o modo como o sujeito se sente relativamente á sua vida, se esse sentimento tem uma valência mais positiva ou mais negativa. Esta tinha como principal objectivo medir o valor que cada sujeito na sua singularidade se atribuía face a uma determinada situação.

A quinta e última abordagem têm na sua constituição um pouco dos vários conceitos desenvolvidos ao longo do tempo relativamente á estrutura do auto-conceito. Esta tem em conta a multidimensionalidade do self face a diferentes situações e ao auto-valor. Os teóricos desta abordagem consideram também ser importante avaliar o sucesso em cada situação pois, desta avaliação surge uma hierarquia que é importante para a predição do auto-conceito (Harter, 1999). Este modelo demonstra como o sujeito é capaz de se auto-avaliar e elaborar julgamentos sobre si e sobre os outros em diferentes domínios.

Segundo Rogers (1986, citado por Martins, Peixoto, Mata & Monteiro, 1995) podemos considerar que o auto-conceito é então uma estrutura multidimensional cuja organização segundo uns autores, segue um modelo hierárquico e segundo outros segue um modelo concêntrico.

Segundo Marsh e Shavelson (1994) os autores Shavelson, et al. em 1976 construíram um modelo do auto-conceito geral que se divide em dimensões menos gerais, os quais se subdividem em aspectos mais específicos. Os autores ao tentarem definir o auto-conceito descreveram-no como organizado e estruturado, multifacetado, hierárquico, estável, desenvolvimental, avaliativo e diferencial.

- a) Organizado e estruturado - O sujeito organiza e estrutura a informação que recebe das suas experiências de vida, em categorias, de modo a simplificar e dar sentido a essas experiências;
- b) Multifacetado – As facetras que se formam, demonstram um sistema de categorias

adoptadas pelo indivíduo e/ou partilhado por um grupo de referência. Este organiza-se em diferentes áreas mais abrangentes que representam facetas específicas do auto-conceito;

c) Hierárquico – No topo da hierarquia situa-se o auto-conceito geral, que se divide em duas componentes: auto-conceito académico e auto-conceito não académico. O primeiro subdivide-se em áreas específicas como a matemática, o inglês, a história e as ciências, o segundo subdivide-se em auto-conceito físico, social e emocional.

Sendo que o auto-conceito físico é composto por experiências relacionadas com aparência e competência física, o auto-conceito social está relacionado com a relação que se tem com os pares e pessoas significativas e o auto-conceito emocional reflecte a existência de estados emocionais particulares. (Marsh, 1994). Então para que o indivíduo faça uma inferência sobre o seu self, estas categorias vão ser percorridas de forma ascendente até aos níveis superiores.

d) Estável – Existe uma maior estabilidade no topo da hierarquia, mas à medida que se desce na hierarquia a estabilidade diminui pois as categorias do auto-conceito começam a ser mais específicas, ou seja, dependem mais das situações que o sujeito vive.

e) Tem um carácter desenvolvimental – O auto-conceito desenvolve-se, diferencia-se, ganha novas facetas e estruturas ao longo do desenvolvimento. Há medida que um indivíduo vai crescendo, desenvolve o seu auto-conceito, que só estará completamente formado na idade adulta.

f) Componente Avaliativa e Descritiva – Os indivíduos podem falar de si mesmos, auto-descrever os seus comportamentos e ao mesmo tempo são também capazes de avaliar as suas acções e os seus desempenhos.

g) Diferenciável – dos outros constructos com os quais se relaciona em teoria.

Este modelo hierárquico mostra então a existência de um auto-conceito geral resultante da soma das auto-percepções do sujeito em todas as outras áreas que constituem esta pirâmide.

Outros autores defendem o modelo concêntrico como sendo o que melhor explica a organização do auto-conceito. Este modelo considera que nem todas as dimensões do auto-conceito tem o mesmo peso, ou seja, o auto-conceito não resulta da soma de todas as suas categorias/dimensões, mas apenas daqueles que são importantes para o sujeito. Este modelo tem uma lógica de centralidade, estando mais próximas do centro as áreas mais importantes para o sujeito e na periferia as de menor importância.

Harter (1996) não se identifica a nenhum modelo, no entanto refere que diferentes dimensões do auto-conceito são, mais ou menos importantes para a formação das auto-imagens

do sujeito. Logo, é necessário avaliar o auto-conceito separadamente através dos diferentes domínios da vida do indivíduo.

Os constituintes do Auto-Conceito

Segundo Serra (1988) o auto-conceito é composto por três facetas: as auto-imagens, auto-estima e a identidade.

A auto-imagem segundo o autor é o produto das observações que o sujeito elabora quando o sujeito se coloca na posição de objecto, ou seja, são as percepções que o sujeito constrói sobre ele próprio. Cada pessoa elabora várias imagens sobre si próprio mas nem todas tem o mesmo peso, pelo que existe entre elas uma hierarquia. As imagens que estão no topo da hierarquia são mais valorizadas, mais estáveis e consistentes logo, têm maior impacto ao nível do auto-conceito.

Serra (1988) descreve a auto-estima como a *“avaliação que os indivíduos fazem das suas qualidades ou dos seus desempenhos, virtudes ou valor moral.”* (p.102) Tendo em conta esta definição podemos então compreender porque é que existem pessoas com baixa auto-estima e outras com alta auto-estima. Então quando diferenciamos auto-conceito de auto-estima, podemos sintetizar a auto-estima como um julgamento individual feitos a aspectos da identidade que podem ter um carácter positivo ou negativo para o auto-conceito.

Gegas (1982, citado por Serra, 1988) refere a identidade como sendo o constituinte do auto-conceito que mais reflecte o conteúdo e organização da sociedade. Isto acontece pois a identidade é influenciada por os outros que nos rodeiam e pelo meio social e cultural no qual no inserimos. O mesmo autor refere que existem quatro factores que influenciam a formação do auto-conceito, são eles:

- O modo com os outros olham para si. Os indivíduos tendem a olhar para si mesmos de acordo com o feedback que recebem dos outros que os observam;
- O julgamento que faz do seu desempenho em situações específicas que pode variar entre o competente ou incompetente;
- A comparação de comportamentos pessoais com os dos seus pares sociais em situações idênticas com as quais se identifica;
- Avaliação ser baseada num conjunto de valores existentes em grupos normativos, levando a que um individuo se sinta satisfeito ou insatisfeito.

Para Serra (1988), são estas influências que fazem com que o auto-conceito adquira características positivas ou negativas, pois ajudam a construir o auto-conceito.

Construção do auto-conceito ao longo do desenvolvimento

O auto-conceito vai sendo alvo de mudanças ao longo do desenvolvimento adquirindo múltiplas facetas, diferenciando-se e formando uma hierarquia. Vários trabalhos têm mostrado a evolução do auto-conceito desde o nascimento até a idade adulta.

Segundo Harter (1983), a criança pela interação que vai estabelecendo com os outros adquire a noção de que existe um “eu” que age e interage fora de si com um “outro” exterior. Esta noção permite-lhe perceber que é um ser individual, diferenciado do mundo que o rodeia. Na mesma linha de pensamento, Hattie (1992) refere que a consciência do self vai surgindo gradualmente ao longo do desenvolvimento e que a noção do “outro” toma forma após esta tomada de consciência. O desenvolvimento do auto-conceito pressupõe o desenvolvimento cognitivo que irá permitir à criança formar categorias para o self, para os outros e para todas as situações com que se depara na relação com o meio envolvente.

Harter e Pike (1984) nos estudos que realizaram para validar a sua escala de auto-conceito para crianças concluíram que, à medida que a criança cresce, aumenta o número de domínios que esta vai sendo capaz de articular no seu auto-conceito. Segundo estes autores as crianças entre os 4 e os 7 anos já são capazes de fazer julgamentos sobre a sua competência cognitiva, aceitação social e comportamento em determinadas situações, ainda que estas dimensões do auto-conceito não estejam totalmente diferenciados. A partir dos 8 anos a capacidade de verbalização da criança está mais desenvolvida o que facilita o modo como esta comunica o que sente e pensa sobre si mesma. Aumenta também a capacidade de a criança fazer e expressar julgamentos sobre o seu valor global em determinados domínios.

Na adolescência a componente física volta a tomar um peso importante na definição de si que o indivíduo faz devido, às mudanças psicológicas físicas e sociais de que está a ser alvo. Estes jovens passam também a conter no seu auto-conceito facetas da sua vida como as correspondentes à amizade íntima, à atracção romântica e à competência no trabalho.

Ao longo da vida de um adulto surgem também uma série de eventos que levam a modificações no auto-conceito, como por exemplo, novas situações relacionais, casamentos, adaptação à profissão, situações inesperadas que põem à prova o indivíduo e as suas capacidades.

Estas podem resultar em sucessos ou insucessos e assim, balançar a auto-estima e o auto-conceito destes indivíduos.

A Teoria da Vinculação

A teoria da vinculação, segundo Bretherton (1994), resultou de um trabalho conjunto de John Bowlby e de Mary Ainsworth. A autora profere tal comentário pois foi Bowlby que proporcionou as bases teóricas necessárias para que Ainsworth pudesse desenvolver uma metodologia de investigação necessária para por em prática os constructos teóricos.

John Bowlby

O trabalho do autor nesta área da relação primária entre mãe - bebé teve como base as suas próprias experiências enquanto psiquiatra. Esta teoria tem as suas raízes nos anos 30, quando Bowlby trabalha com crianças privadas de cuidados maternos devido à II Guerra Mundial. Trabalhou também com crianças institucionalizadas que apresentavam comportamentos desajustados, o que lhe despertou o interesse pelas consequências psicopatológicas que a separação ou privação da figura materna podem acarretar, pela natureza e importância desta relação privilegiada que se estabelece entre mãe e criança. Esta relação, segundo Bowlby (1969/1984), é essencial para o desenvolvimento e sobrevivência da criança pelo que, irá influenciar todo o seu desenvolvimento e funcionamento posterior. Após este trabalho ao nível institucional onde observou as relações entre as perturbações do comportamento e as histórias das crianças, Bowlby faz uma supervisão com Melanie Klein. Esta supervisão vai alterar a sua posição, já que Bowlby se sente chocado pela ausência de interesse de Klein pelo estado da mãe das crianças e pela possível influência do mesmo nas perturbações da criança. Mais tarde, a pedido da Organização Mundial de Saúde, Bowlby cria o relatório “Maternal Care and Mental Health”, no qual insiste na grande quantidade de factos que comprovam os efeitos da falta de cuidados maternos, que terão como consequência, mais tarde, relações afectivas superficiais, ausência de concentração intelectual, inacessibilidade ao outro e ausência de reacção emocional.

Refere no relatório que *“O que acreditava ser essencial para a saúde mental é que o bebé e a criança pequena experimentem um relacionamento caloroso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe substituta permanente - uma*

pessoa que desempenha regular e constantemente o papel de mãe para ele), na qual ambos encontrem satisfação e prazer”. (Bowlby, 1981, p. 7).

A teoria da vinculação surge da interligação entre várias ideias conceptuais provenientes da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicanálise, do Processamento de informação, da teoria dos Sistemas de Controlo e da Etologia. A Etologia contribuiu de forma bastante significativa para a concepção que Bowlby sobre a natureza e dinâmica da vinculação, principalmente os estudos levados a cabo por Lorenz (1935) sobre o *imprinting*, e por Harlow (1959) tendo como população alvo os macacos *rhesus*. Dos trabalhos sobre o *imprinting* Bowlby reteve a noção de que o comportamento de vinculação e de procura, que não se estabelece apenas com o intuito de satisfazer necessidades alimentares e dos estudos realizados com os primatas não humanos, o autor conclui que a alimentação por si só não leva a vinculação à procura de suporte, mas que o contacto físico e contentor parece ter alguma influência na ligação entre mãe – criança.

O comportamento de vinculação

A teoria evolutiva teve grande peso na sua construção da teoria de vinculação. É com base nesta teoria que o autor encontra a explicação para o sistema de controlo comportamental da vinculação. No meio ambiente de adaptabilidade evolutiva do homem o comportamento de base segura, medo do escuro, entre outros comportamentos que demonstram ansiedade e um estado de alerta, reduzem a vulnerabilidade aos predadores e garantem a sobrevivência. Também como Ser adaptável o homem desenvolveu um conjunto de predisposições nas suas capacidades de aprendizagem que em interacção com um ambiente seguro lhe permitem desenvolver-se. O ser humano segundo Bowlby (1969/1984) é dotado de determinadas características, e comportamentos que lhes permitem entrar em interacção com o outro e com o meio, respondendo aos estímulos. Mas estes comportamentos da criança só têm sentido se esta estiver na proximidade da figura parental, ou seja, o segundo conceito remete para uma noção espacial de distância.

Bowlby (1973/1984) define comportamento de vinculação como *“qualquer forma de comportamento que resulta na consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de outra preferida”*(p. 38). Este equipamento comportamental tem como base um conjunto de sistemas característicos de espécie, que são independentes e tem origens diferentes no decorrer do desenvolvimento.

Estes comportamentos têm como objectivo manter a proximidade á figura de vinculação. (Bretherton, 1994).

Nos comportamentos de vinculação, sejam eles de sinalização (sorriso e chupar), de natureza aversiva (choro) ou activos (agarrar e seguir), embora sendo diferentes na sua especificidade, todos partilham uma significação idêntica com funções semelhantes (Waters & Sroufe, 1977). Ou seja, todos retratam que a finalidade do bebé é estar próximo, ligado à sua figura vinculativa.

Segundo Bowlby (1969/1984), nos primeiros meses de vida da criança este comportamentos organizam-se uma forma muito pouco elaborada, tomando novos contornos entre os nove e os dezoito meses, orientando a criança para um objectivo corrigido, mais sofisticado, que tem com meta a proximidade da figura cuidadora. Enquanto a figura de vinculação continuar acessível á criança, o comportamento pode não ser tão intenso passando apenas por uma verificação, visual ou auditiva da figura, quando isto não acontece a criança pode chorar ou chamar para prender a atenção da figura. Estes comportamentos de vinculação levam ao desenvolvimento de laços afectivos, que segundo o autor se mantêm activos durante todo o ciclo de vida (Bowlby, 1969/1984).

A activação destes comportamentos de vinculação pode ser desencadeada por diferentes factores, o que origina variações nas suas características e intensidade. Estes factores podem provir da própria criança (fome, fadiga, dor, sono e frio), ter origem no meio que a envolve (acontecimentos alarmantes, bruscos, presença de estranhos) ou estar relacionados com a localização e comportamento materno (ausência, partida, insensibilidade ou desencorajamento da proximidade). A conclusão destes comportamentos pressupõe sempre a proximidade da figura de vinculação. Estes comportamentos segundo a o autor, cumprem duas funções: uma biológica e uma psicológica.

Numa primeira fase, o objectivo destes comportamentos, passa pela protecção da criança face a eventuais perigos e numa segunda fase, depois de assegurada a segurança da criança por parte da mãe, esta internaliza este modelo de relação, ou seja, que a figura de vinculação estará presente para a livrar do perigo e para assegurar a sua sobrevivência. Deste modo, a criança pode então partir para a exploração do meio. (Bowlby, 1969/1984)

Fases do desenvolvimento da vinculação

Para Bowlby (1969/1984) o aparecimento dos comportamentos de vinculação descritos anteriormente, são resultado do desenvolvimento da vinculação. Este desenvolvimento, segundo o autor, faz-se em quatro fases:

Primeira fase: “Orientação e sinais com discriminação limitada de figura”. Esta fase decorre desde o nascimento até às 8/12 semanas. O bebé tem comportamentos característicos face às pessoas, orienta-se para elas através do olhar, do sorriso e das vocalizações mas não possui ainda capacidades para as discriminar entre si.

Segunda fase: “Orientação e sinais dirigidos para uma ou mais figuras discriminadas”. Ocorre normalmente entre os 3 e os 6 meses de vida. Nesta fase a criança começa a modificar o seu comportamento para com a figura materna emitindo para esta, sinais, mantendo idêntico o seu comportamento face aos outros que com ela interagem, o que demonstra que discrimina figuras.

Terceira fase: “Manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais”. Decorre aproximadamente entre os 6 e os 24 meses. Neste período a criança adquire novas capacidades de locomoção, o que lhe permite melhorar a sua procura pela proximidade e a capacidade de explorar o meio sabendo que poderá voltar para a mãe a qualquer momento. É então nesta fase que se torna mais evidente a organização dos comportamentos de vinculação num sistema corrigido para atingir uma meta, o que demonstra a vinculação do bebé à figura materna.

Quarta fase: “Formação de uma parceria corrigida para a meta.” Esta fase tem lugar entre os 24/30 meses até um tempo indefinido e corresponde ao emergir na criança do que é colocar-se no lugar do outro, de tomar o ponto de vista do outro. Desenvolve-se neste período uma relação específica e recíproca com a figura de vinculação.

Bowlby (1973/1984) postulou que o desenvolvimento da vinculação ao longo destas 4 fases teria um carácter universal, característico da espécie humana. Contudo percebeu também que, no que respeita a esta relação mãe - criança existem individualidades e características únicas de cada relação, logo a duração destas fases, segundo o autor, pode ser variável.

Mary Ainsworth

Atribui à teoria da vinculação de Bowlby um prolongamento experimental e uma audiência científica considerável. Trabalhou com o autor, anteriormente mencionado, numa pesquisa sobre a separação e ajudou-o a responder aos ataques à teoria da vinculação. Mais tarde parte para o Uganda, onde começa um estudo de observação em meio natural de 28 bebês não desmamados. Procura então descobrir os efeitos da separação e do desmame, procurando precisar se a separação é em si mesma traumática ou se o trauma depende da carência que existe na relação. Com este estudo chegou à conclusão da veracidade das teses de Bowlby sobre o carácter primário da vinculação e escreve um livro no qual propõe um esquema de desenvolvimento da vinculação em 4 fases, onde surge o conceito de base de segurança. Mais tarde retoma este estudo de uma forma mais sistemática, onde propõe uma situação padronizada em sete episódios de separação e de junção, o que vai permitir descrever três tipos principais de reacção à Situação estranha.

Com Ainsworth surgem também novos conceitos como o de base segura, anteriormente referido, que pressupõem um sentimento de segurança, o de esquema de vinculação que se constrói pelas observações que faz, e o de capacidade de resposta na relação mãe-bébe. A noção de segurança de um bebé passa por uma emoção positiva, saudável, que pressupõe o bem-estar e o conforto. Esta emoção ajuda a criança a organizar-se e a organizar a relação com o meio que a rodeia. Ainsworth vem com este conceito modificar a concepção de Bowlby visto que, este acreditava que o sistema de vinculação só se activava face a indícios situacionais. Mostra então, que este sentimento de segurança é fundamental na organização e expressão da vinculação.

Para Ainsworth (1991) o termo base segura, compreende um conhecimento efectivo de que se pode confiar numa figura que é protectora e que, em qualquer altura e fase da vida do indivíduo, estará disponível. Este conceito é fundamental nos primeiros anos de vida, torna-se progressivamente um conceito internalizado, que tem como fim último a independência do indivíduo. Se a criança tem uma base segura, confia na disponibilidade da figura materna para a apoiar, então parte para a exploração sabendo que, mesmo que se afaste muito nas suas brincadeiras terá para onde voltar.

Através das observações feitas por Ainsworth e os seus colaboradores utilizando a Situação Estranha entende-se que existem esquemas de vinculação em que se agrupam crianças com diferentes reacções comportamentais.

Estas podem ser agrupadas em 3 grupos: Crianças Seguras que brincam, exploram o meio e reagem de forma positiva à presença do estranho enquanto a mãe está presente. Ficam muito perturbadas quando a mãe sai, mas quando esta regressa é rapidamente acalmada, reconfortada e regressa à exploração; Crianças inseguras são relativamente indiferentes face à localização da mãe, explorando o meio. Quando a mãe sai, podem ou não chorar, e se ficam perturbadas é provável que sejam reconfortadas por um estranho. Quando a mãe regressa, não saúdam a mãe e evitam o contacto com ela e continuam a exploração. Por fim as crianças ambivalentes permanecem junto da mãe e demonstram-se ansiosas, mesmo na proximidade da mãe. Quando a mãe sai demonstram grande perturbação e no seu regresso podem alternar entre tentativas de contacto e resistência interação. Não são facilmente reconfortadas pela mãe. Dificilmente regressam à exploração, ficam vigilantes. (Ainsworth, 1991)

Posteriormente Main e Solomon (1986, citado por Main e Cassidy, 1988) consideraram a existência de um quarto tipo, que denominaram de desorganizado/ desorientado. As crianças pertencentes a este grupo apresentavam um comportamento desorganizado sem um objectivo claro, apresentavam na situação experimental movimentos incompletos, estereotípias, paragens, medo da figura de vinculação e confusão face à reacção a ter na presença e ausência da mãe. Apesar de poderem revelar padrões de vinculação organizada, seja esta segura ou insegura (ambivalente ou evitante), a característica que mais se evidenciava era a falta de uma estratégia coerente de vinculação.

Assim, tendo em conta os conceitos de Bowlby e os resultados das suas próprias investigações Ainsworth (1969) verifica que a partir da interacção entre a díade mãe - bebé se criam relações recíprocas de satisfação mútua. Considera que a vinculação implica a existência de afectos e comportamentos, apresentando-se como um processo activo tendo cada resposta (da mãe ou do bebé) uma influência retroactiva. Verificou ainda que é através deste laço vinculativo que a mãe fornece à criança uma base segura que permite a exploração do meio sem ansiedade.

Deste modo, é possível concluir que, tal como Bowlby teorizara *“a criança não é um ser passivo que se agarra à mãe porque esta lhe satisfaz as suas necessidades, mas que, pelo contrário, é bastante activa nos seus comportamentos para obter aquilo que deseja e que é capaz de diferenciar, através do seu comportamento, a principal figura de vinculação de outra pessoa, ainda que familiar”* (Miocque, 2004, p. 64).

Vinculação e desenvolvimento

A vinculação na infância tem sido o principal foco de atenção, mas as relações de vinculação para além da infância têm também um papel importante no desenvolvimento geral dos indivíduos. Segundo Skolnick (1987, citado por Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C. & Magarinho, R., 2004) “ *as ligações entre passado e presente aumentam a proximidade entre as fases de desenvolvimento; isto é, a infância prediz a adolescência e a adolescência prediz a idade adulta.*” (p. 646). Já Bowlby (1969) descrevera, a quando da construção da teoria, que o comportamento de vinculação não desaparece na infância que pelo contrário, prolonga-se por toda a vida assumindo formas mais ou menos complexas de procurar proximidade e comunicação.

Vários estudos têm demonstrado como a segurança na vinculação pode predizer, mais tarde, um maior envolvimento no jogo simbólico, mais envolvimento, maior cooperação, maior capacidade de resolver problemas, maior envolvimento nas relações interpessoais, maior curiosidade, maior resiliência, etc. (Matas, Arend, & Sroufe, 1978; Waters, & Sroufe, 1979). Estudos longitudinais têm demonstrado as relações existentes entre os padrões de vinculação e as várias dimensões de funcionamento das crianças entre os dois e os 10 anos de idade.

O estudo da vinculação na adolescência e na idade adulta é mais recente e para se analisar este fenómeno nestas etapas da existência tem de se ter em conta outras pessoas para além dos progenitores ou cuidadores habituais pois, também os irmãos, outros familiares, amigos, professores, podem ser consideradas figuras de vinculação.

Segundo Atger (2004) a adolescência é um período de grande transformação no qual existe: um distanciamento das figuras de vinculação iniciais e uma mudança nestas relações, a criação de novos laços afectivos e de vinculação com outras pessoas passando estas a ter o papel de figura de vinculação.

Verifica-se também o desenvolvimento do comportamento sexual e de cuidados parentais que estão directamente ligados ao sistema de vinculação, por esta altura desenvolvem-se a capacidade para se tornar figura de vinculação. A segurança nas relações de vinculação da adolescência parece predizer uma boa comunicação intra-família, saúde mental, personalidades estáveis e confiantes. O sistema de vinculação parece ajudar o adolescente no processo de autonomização que se torna mais fácil, quanto mais seguras forem as suas relações aos pais.

Collins e Read (1990) verificaram que a qualidade dos cuidados parentais durante a infância está também relacionada com a qualidade das relações que se estabelecem na idade adulta. Vários estudos demonstram como adultos seguros relembram as suas figuras parentais como tendo sido carinhos e não rejeitantes. Outros estudos demonstraram que indivíduos adultos que foram mal tratados na infância têm grandes dificuldades em estabelecer relações interpessoais posteriores, mostrando também problemas nas relações amorosas com défices de intimidade e suporte.

A Teoria da vinculação estruturou-se com base na ideia de que a relação que se estabelece na primeira infância influencia o desenvolvimento posterior até a idade adulta. Este poder preditivo pode ser explicado a luz do conceito teórico, “working models” ou modelos internos, desenvolvido por Bowlby.

Modelos Internos Dinâmicos

Os bebés criam representações das relações através das interacções estabelecidas com as figuras de vinculação o que permite á criança adaptar o seu comportamento com base nas experiências anteriores. Estas representações regulam-se pela harmonia e pelos ritmos corporais. A representação não começa com o simbólico no início da vida, mas sim de uma forma implícita. A criança constrói, a um nível interno, um modelo que lhe permite compreender o que é uma relação. É na relação primária com a mãe, que a criança desencadeia o sistema de vinculação e através desta interacção estabelece vínculos afectivos. (Miljkovith, 2007).

Bretherton (1990) refere que na concepção desta teoria, Bowlby apercebeu-se de que a construção destas representações teria a sua origem por volta dos seis meses de vida. Inspirando-se na teoria de Piaget sobre a «permanência de objecto», a qual refere que a criança só adquire esta noção depois dos 5 meses, refere que a criança possui uma «representação elementar» da mãe desde os 5/6 meses. Desta forma Bowlby crê que é a partir desta idade que se formam os modelos internos dinâmicos, uma vez que a criança consegue reconhecer e procurar o «objecto» desaparecido. Segundo Schaffer (1996) só a partir do segundo/ terceiro ano de vida que através do simbolismo as crianças elaboram modelos próprios dos outros significativos e das relações que com eles estabelecem.

É na interacção com o outro que desenvolve modelos de relação, que lhe permitem prever comportamentos. O bebé vai percebendo a reacção que os seus comportamentos provocam nos outros, levando então à criação de um modelo de si e de um modelo do outro.

O modelo de si corresponderia à imagem de si como sendo mais ou menos merecedor de ser amado, e o modelo do outro estaria relacionado com a percepção que a criança tem de que as figura de vinculação estão mais ou menos atentas às suas necessidades.

Estes modelos que criam de si baseiam-se na experiência perante determinadas figuras de vinculação e reflectem a qualidade da relação com estas figuras.

Os modelos internos dinâmicos (MID) possuem informações importantes sobre determinados comportamentos, afectos e expectativas face as relações que se vão estabelecer ao longo da vida. Bowlby (1973/1984) concebe estes modelos como sendo componentes afectivos e cognitivos, conscientes e inconscientes, que formam representações mais ou menos gerais sobre a própria pessoa e sobre os outros. A função dos modelos internos dinâmicos é de regular, interpretar sentimentos e acções, prever comportamentos, compreender dos acontecimentos, antecipar o futuro e organizar as acções. (Bretherton, 1990).

Segundo Bretherton (1990) os modelos internos do self e a interacção que se desenvolve na díade são complementares. Se a criança experienciar a rejeição por parte da figura de vinculação, complementarmente também constrói um modelo interno de si como “ não merecedora” de amor. Do mesmo modo que uma criança que estabeleça com a figura de vinculação uma relação baseada no amor, suporte e segurança construirá um modelo de si valoroso face à sua capacidade para ser amado e conseqüentemente amar. Nesta sequencia a criança cria também um modelo do outro criado a partir da percepção que têm da maior ou menor disponibilidade e atenção dos outros face às suas necessidades. Estes padrões de interacção saudáveis só são possíveis pela comunicação aberta de emoções que se estabelece na díade e que permite a actualização dos modelos internos.

O termo modelos internos dinâmicos, provém da teoria de Craik que elaborou este termo, por volta de 1943, para designar a influência que o meio exterior ao indivíduo pode ter no seu mundo interno e por isso levar a determinados comportamentos. Foi utilizado por Bowlby devido ao dinamismo que este conceito implica.

Tal como foi referido anteriormente, existem situações nas quais se verifica que, o modelo operante interno é um obstáculo à percepção de nova informação. Nesta situação as crianças mobilizam mecanismos de defesa, no sentido de se protegerem de informações incómodas para o sistema de vinculação. Bowlby (1973/1984) refere que o desenvolvimento dos MID se faz em dois momentos.

Num primeiro momento o modelo ajusta-se às interações vividas e num segundo momento assimilam-se as novas experiências aos modelos previamente criados, o que levará a um enviesamento da informação recebida. Por outras palavras, o 1º modelo interno, utilizado na interacção das relações primárias, seria utilizado da mesma forma em relações futuras.

Esta impermeabilidade explica a dificuldade que muitos indivíduos têm de se adaptar a ambientes relacionais novos. Se o indivíduo utiliza este modelo de vivências passadas para agir no presente irá condicionar as suas relações amorosas, bem como as relações com os seus filhos. Em vez de se adaptarem a eles e de serem sensíveis ao que é experimentado, continuam a funcionar como com as suas figuras de vinculação, recreando, desta forma, os mesmos tipos de trocas que conheceram na infância. O sujeito não consegue, portanto regular as suas reacções segundo as reacções dos seus filhos, fazendo com que, de forma não intencional, estes enfrentem os mesmos tipos de afectos que ele no passado e levando-os a desenvolver defesas semelhantes às por si desenvolvidas. (Bowlby, 1973/1984). Observa-se, então, um fenómeno de transmissão intergeracional dos MID.

Este fenómeno pode também ser observado pela disposição que uma pessoa mal tratada na infância tem, para pôr em acção enquanto adulta relações em que um é submisso e impotente e o outro controlador e insensível.

Relação entre a vinculação e o auto-conceito

As perspectivas mais contemporâneas do funcionamento do self, mostram-nos como este tem variadíssimas funções no desenvolvimento individual e social. Harter (1999) refere que, alguns autores da vinculação, nos seus estudos, observaram como os modelos internos do self se organizam de modo a providenciar às crianças um conjunto de expectativas que os ajuda a orientarem os seu comportamento de forma mais ou menos adequada de acordo com as situações em que se encontram (Bretherton, 1991; Cassidy & Main, 1985, Cassidy, 1988). Assim, durante a infância e adolescência o self que se vai desenvolvendo, serve de linha orientadora o que é visível nos comportamentos sociais e na capacidade de auto-regulação de cada indivíduo (Harter, 1999).

Segundo Bowlby (1973/1984) o self e as suas características individuais estavam directamente ligados às relações estabelecidas com a figura de vinculação. Sendo que a criança quando nasce conhece o mundo pelos contactos que estabelece com a figura cuidadora, o modo

como esta atende às suas necessidades, reforça comportamentos, valoriza ou negligência comportamentos, faz com que a criança se sinta mais ou menos valorizadas. Se esta atitude da figura cuidadora se mantiver no tempo e com alguma frequência, levará a que estas reacções sejam incorporadas no self. Alguns autores debruçaram-se a sua atenção sobre esta relação e desenvolveram estudos empíricos tentando perceber as relações existentes entre as relações de vinculação e o self.

Cassidy (1988) realizou estudos, com 52 crianças de 6 anos, em que relacionava a vinculação com, as representação do self, a auto-estima e os componentes do auto-conceito. Deste modo conclui que, as crianças identificadas como seguras tendiam a descrever-se de forma mais positiva, tinha valores mais elevados nas escalas de auto-estima, mostravam possuir uma boa imagem de si e capacidade de se auto-julgarem. Cassidy (1988) encontrou assim uma correlação significativa entre a vinculação e as componentes do auto-conceito. Na discussão dos resultados obtidos argumentou, baseando-se nas teoria de Bowlby, que as crianças que recebem cuidados responsivos criam uma vinculação segura e a noção serem merecedoras deste tratamento, de terem valor.

Outros estudos mostraram as relações existentes entre a vinculação o desenvolvimento do self e as competências adquiridas na 1ª e 2ª infância. Vários são os estudos que demonstram como as relações de vinculação estão ligadas a competência de relacionamento com os pares, social e académico e a adaptabilidade ao novo, que as crianças demonstram nos primeiros anos pré-escolares e escolares (Easterbrooks & Abeles, 2000; Kerns, Tomich, Aspelmeier, & Contreras, 2000; Waters & Sroufe, 1983).

Ao investigar as capacidades de descrição do self alguns autores concluíram que, as crianças no pré-escolar definiam as relações que estabeleciam e as suas características pessoais, recorrendo a características físicas, enquanto que, crianças aos 7/8 anos adquiriram já a capacidade de se descreverem a três níveis, físico, social e psicológico. (Hater, 1983, 1984)

Mesmo sabendo que, a intensidade da vinculação decresce da 1ª para a 2ª infância, a literatura demonstra que as crianças mantêm ainda as suas figuras de suporte nesta fase.

Deste modo torna-se interessante perceber como é que as crianças dos 7 aos 10 anos se descrevem e descrevem as relações de vinculação tendo em conta que, o seu auto-conhecimento pessoal e relacional é neste momento bem maior.

E se a cultura e os valores forem um elemento de mudança? Será que a cultura de uma etnia é uma variável que poderá levar a alteração da relação entre a vinculação e o auto-conceito?

A etnia cigana

Moscovici (1984, citado por, Duarte, I., Castro, A., Afonso, J., Sousa, M., Antunes, M., Antunes, M., 2005.) refere que a identidade de uma pessoa é influenciada pela cultura que a rodeia e que é essa cultura que a torna o que ela é. “*Nobody mind is free from effects of the prior conditioning which is imposed by his representations, language and culture. We think, by means of language, we organize our thoughts, in accordance with a system which is conditioned, both by our representations and by our culture. We only see that which underlying conventions allow us to see, and we remain unaware of these conventions.*” (p. 18)

Embora as transformações sociétais sejam cada vez mais demarcadas e influentes na cultura cigana, continuam a verificar-se elementos distintivos destas comunidades, que demonstram uma identidade específica, uma supra-identidade comum: a identidade cigana, que persiste ao longo dos tempos. Disso é exemplo o lugar central que a família ocupa neste grupo étnico e o valor atribuído a mesma. A organização social do povo cigano tem como base um clã, que resulta da junção de várias famílias alargadas, as quais são compostas por familiares mais nucleares. (Liopis, 2000, citado por., Rodrigues, D.,& Santos, A., 2006)

Na etnia cigana, a família é a unidade nuclear, base da organização social, económica e educativa. É na família que se definem papéis e se constata a importância das crianças, pois são estas que serão responsáveis por assegurar a continuidade da comunidade. A etnia cigana tem a sua própria cultura, sendo os aspectos mais valorizados pelos seus membros: o desejo de liberdade, a família como pilar fundamental, o grande amor pelos filhos, a virgindade e fidelidade, a educação dos filhos na transmissão cultural, o cumprimento da palavra dada, o respeito pelos mais velhos, pelos mortos e pelos doentes. (Nunes, O., 1996).

Segundo Silva (2005), todos os relatos de outros estudos feitos junto da população cigana, mostram o reconhecimento da importância que aí é dada ao bem-estar e a saúde das crianças como elementos mais importantes dos núcleos. Segundo estudos de alguns autores, uma criança desta etnia quando nasce é sempre bem-vinda, desejada e recebida em festa. (Gonçalves, A., Garcia, O.& Barreto, P., 2006). Ao crescerem, têm um grande espaço de liberdade, sendo que a atitude dos adultos face às mesmas é de vigilância protectora e não de imposição de regras ou limites espaciais. Uma criança doente é uma criança rodeada de cuidados e de preocupações, o que pode por um lado, dar à criança espaço para explorar o meio e criar uma vinculação segura, e

por outro pode construir à sua volta uma ansiedade tão grande de protecção face a sociedade envolvente que, pode perturbar essa segurança. Nunca um menino cigano pode transformar-se um elemento solitário e individual, porque a sua família alargada é uma fonte inesgotável de afectos, compreensão e apoio.

Cada criança, de acordo com a faixa etária a que pertence preenche um papel na sua comunidade. Por norma, as crianças até aos 4 anos é educada pela mãe, pelas tias ou pelas irmãs independentemente do género a que pertence, não tendo frequência de jardim-de-infância ou creche. Os ciganos têm grande relutância em separarem-se dos seus filhos por isso não concebem pô-los num infantário ou colégio. É amamentada até cerca de 3 anos e cedo começa a andar e a explorar. (Nunes, 1996). Dos 4 aos 7 anos, são-lhe permitidas todas as liberdades, sendo as punições e castigos inexistentes ou esporádicos. Estes são também, maioritariamente aplicados pelos irmãos ou primos que são, de certo modo, responsáveis pela sua conduta no seio da comunidade. Dos 7 aos 11 anos as crianças são consideradas aprendizes, de um negócio de família, sendo iniciadas às responsabilidades das tarefas e funções que asseguram o sustento da família. Nesta altura começam-se a diferenciar o papel dos rapazes e das raparigas: as raparigas assumem responsabilidades familiares e os rapazes adquirem mais autonomia e liberdade para sair do núcleo familiar, para se libertar das ordens parentais. Comparando os anteriores dados com as evidências das crianças não ciganas com idades compreendidas entre os 7 e os 11 anos, percebemos que as suas funções são muito diferentes, estão no sistema educativo, a aprender os instrumentos académicos que lhe servirão para um futuro de sustento, que se encontra a anos-luz de distância. (Montenegro, 1999, citado por., Gonçalves, A. et al., 2006).

A partir destes dados surgem algumas questões: Terá a cultura desta etnia um peso importante no estabelecimento da vinculação? Será que tanta liberdade de exploração transmite a estas crianças uma vinculação segura? Sendo estas crianças criadas por vários elementos do clã, continuará a ter uma figura de vinculação principal? Será que a vinculação é maioritariamente construída com a mãe ou com o pai? Todas hipóteses são pertinentes mas o objectivo deste estudo empírico é analisar as relações existentes entre a vinculação e o auto-conceito tendo em conta que os participantes do estudo pertencem a uma minoria étnica com uma identidade social colectiva, como é a etnia cigana.

Método

Participantes:

Participaram neste estudo 30 crianças (18 rapazes e 12 raparigas) de etnia cigana provenientes de bairros sociais localizados nos concelhos de Lisboa e Setúbal. Todas as crianças que participaram no estudo são acompanhadas por projectos de intervenção social e apoio à inserção social pertencentes ao Programa Escolhas. Pertenciam a um estatuto económico baixo sendo as famílias beneficiárias do rendimento social de inserção. As crianças foram avaliadas entre os 7 e os 10 anos ($M= 8.7$), idades referentes à frequência escolar de 1º ciclo.

Instrumentos:

Para estudar se a cultura cigana influencia a relação existente entre a vinculação e o auto-conceito destas crianças, foram utilizados dois instrumentos.

Análise do Auto-conceito

O auto-conceito foi estudado com recurso a escala “COMO È QUE EU SOU” adaptada do original Self-Perception Profile for children de Susan Harter (1985), por Alves Martins, Peixoto, Mata & Monteiro em 1995.

Esta escala foi aferida à população portuguesa e, permite-nos perceber, a expressão da percepção que a criança tem sobre si própria e o valor que atribui a cada dimensão do seu auto-conceito. Para isso, esta escala é composta por 36 afirmações repartidas em 6 sub-escalas (5 de auto-percepção e 1 de auto-estima): a sub-escala da Competência Escolar, que avalia a percepção que cada criança tem da sua prestação com o aluno, do seu desempenho académico; a sub-escala de Aceitação Social que se destina a avaliar como a criança se sente aceite pelos pares; a sub-escala da Competência Atlético que avalia o modo com a criança se sente face ao seu desempenho em jogos e actividades desportivas; a sub-escala relativa ao Aspecto Físico que, avalia como a criança se sente face à sua aparência; a sub-escala Atitude Comportamental que avalia como a criança vê

o modo como se comporta; e a sub-escala de Auto-Estima Global que avalia até que ponto a criança se valoriza, valoriza a sua vida e se sente feliz consigo mesma. Assim poderemos avaliar com precisão o auto-conceito de uma criança através dos scores obtidos em cada sub-escala e das suas diferenças face a domínios específicos, pois a cada item a criança responde se é tal e qual assim ou só um pouco assim, identificando-se com as afirmações feitas.

Esta escala pode ser aplicada de forma individual ou em grupo pois as respostas dizem respeito ao próprio sujeito e são assinaladas pelos mesmos nas folhas de resposta.

Representações da vinculação

A qualidade da relação de vinculação foi estudada utilizando a prova do desenho infantil da família. Esta prova está desenvolvida para ser aplicada a crianças dos 5 aos 7 anos podendo também ser aplicada a pré-adolescentes e, consiste num pedido dirigido á criança que resulta na representação gráfica e simbólica da sua família. O objectivo deste pedido é classificar a qualidade da vinculação das crianças com as suas mães como seguras, evitantes, ambivalentes ou desorganizadas. Estudos realizados por Kaplan e Main (1985) utilizando este método com crianças dos 5 aos 7, permitiram perceber quais os elementos representados graficamente que expõem indícios da qualidade de vinculação. Estes autores foram os primeiros a sugerir que os desenhos das crianças seriam um bom meio de chegar até ás representações da vinculação, pois este método de expressão não verbal permitiria a livre libertação de emoções, pensamentos e afectos pelo facto de não privilegiar a palavra.

Os autores Fury, Carlson e Sroufe (1997) investigaram o desenho da família de 171 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 9 anos, para perceber até que ponto este instrumento seria válido e estaria relacionado com a vinculação estabelecida na infância. Concluíram que, este instrumento é válido para aferir as representações da vinculação embora, tendo em conta a perspectiva do desenvolvimento, tenha de sofrer algumas alterações ao nível da cotação devido às variáveis idade e maturação cognitiva.

Também Bowlby (1973/1984) anos antes, referiu que os desenhos revelam a noção de self, a imagem parental e a relação que a criança tem com cada elemento da família.

Procedimento:

Como se pretendia estudar a vinculação e o auto-conceito na criança cigana foram contactados projectos de acção social/educativa que funcionam junto destas comunidades. Deste modo, solicitou-se o apoio de projectos do Programa Escolhas das áreas geográficas de Lisboa e Setúbal.

Após resposta afirmativa os projectos foram visitados e as famílias ciganas que frequentavam os projectos foram informadas do objectivo do estudo. Foi-lhes também explicado que as respostas dos seus educandos, seriam confidenciais e apenas usadas para esta investigação. A todas as famílias interessadas foram entregues cartas de consentimento informado. Num momento posterior, cada projecto foi visitado duas vezes para a aplicação dos instrumentos. Devido às características da amostra, mais especificamente a factores culturais os instrumentos foram aplicados de diferentes modos e em diferentes contextos. No entanto, ambos foram aplicados às crianças numa sala disponibilizada para o efeito pelos técnicos de cada projecto.

“Como é que eu sou”

Tendo em conta as informações dos técnicos dos projectos do Programa Escolhas, a escala foi ligeiramente alterada. As perguntas mantiveram-se intactas mas a folha de resposta teve de ser adaptada às dificuldades de aprendizagem da leitura. Deste modo a cada questão correspondem 2 círculos, um grande que indica uma maior parecença e um pequeno que indica que a crianças só se considera um pouco parecida. Esta escala foi aplicada em grupos de 3 crianças pois o investigador teve de ler todas as afirmações da escala. A partir da leitura solicitava-se ao sujeito que preenche-se os círculos, pensa se na situação descrita seria mais parecido ou só um pouco parecido com a afirmação escrita.

A cotação desta escala varia entre 1 e 4 pontos, sendo que a 1 corresponde a baixa competência percebida e 4 corresponde a alta competência percebida, sou tal e qual assim. Os valores 2 e 3 indicam uma identificação parcial que pode ser mais positiva (3) ou negativa (4). As 36 afirmações remetem para áreas do auto-conceito, que se repetem na prova de forma alternada pela seguinte ordem: Competência Escolar, Aceitação Social, Competência Atlético, Aparência física, Comportamento e Auto-Estima Global.

Desenho Infantil da Família

Esta prova foi aplicada individualmente aos participantes num momento posterior à aplicação da escala do Auto-conceito. Foi solicitado às crianças que representassem a sua família numa folha A4 utilizando para o efeito os marcadores disponibilizados. Quando terminados os desenhos os participantes foram questionados sobre o conteúdo dos desenhos: quais as personagens representadas, que estão elas a fazer e qual o contexto geral do desenho.

A cotação da prova foi feita por dois examinadores independentes que, ao analisar os desenhos, exploraram os padrões da vinculação individuais. Deste modo, classificaram os desenhos num sistema de letras equivalentes às da situação Estranha de Ainsworth (1978), sistema A, B e C e à categoria organizada por Main e Solomon, categoria D. Após a cotação dos resultados, os dados foram agrupados em dois grupos. O grupo das crianças classificadas como seguras e o grupo das crianças inseguras.

Resultados

De seguida serão apresentados os resultados encontrados para cada instrumento utilizado na análise.

“Como é que eu Sou”

TABELA1

Estatística e fiabilidade da Escala do Auto-conceito

<i>Dimensões</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Alfa</i>
Competência Escolar	2.63	0.67	0.705
Aceitação Social	3.08	0.72	0.562
Competência Atlético	3.06	0.61	0.502
Aparência Física	2.92	0.86	0.751
Comportamento	2.63	0.62	0.561
Auto-Estima Global	3.07	0.86	0.634

Na análise da fiabilidade das escalas, como se pode observar na Tabela 1, os valores dos Alfas de Cronbach obtidos traduzem níveis aceitáveis de fiabilidade.

Todas as sub-escalas que remetem para as dimensões do auto-conceito, apresentam valores de consistência interna superiores a 0,50 o que demonstra uma fiabilidade interna elevada e comprova a aferição desta escala a população portuguesa feita por Alves Martins, Peixoto, Mata & Monteiro em 1995.

Tendo em conta os resultados descritos na tabela anterior, percebemos também que as dimensões com maiores resultados, ou seja, as mais valorizadas são a Aceitação Social e a Auto-Estima Global. No pólo oposto, as dimensões menos valorizada são a Competência Escolar e a Atitude Comportamental

TABELA 2

Análise da Variância das dimensões do auto-conceito em função do género

<i>Dimensões</i>	<i>Alfa</i>
Competência Escolar	0.79
Aceitação Social	0.55
Competência Atlética	0.75
Aparência Física	0.77
Comportamento	0.31
Auto-Estima global	0.69

A análise da variância das dimensões do auto-conceito em função do género mostrou que não existem diferenças significativas em nenhuma das dimensões, pois todos os valores de variância são elevados.

Desenho Infantil da Família

Os desenhos da família feitos pela amostra de crianças demonstraram que, todas as crianças possuem uma vinculação a um elemento familiar. De modo a compreender de forma eficaz, as informações recolhidas relativamente à qualidade da vinculação foram agrupadas em dois grupos: seguros e inseguros (ambivalentes e evitantes).

TABELA 3

Relação entre Qualidade da vinculação e Género

	Género		Total
	F	M	
Vinc Segura	9	12	21
Insegura	3	6	9
Total	12	18	30

Analisando os dois grupos descritos na tabela 4 verificamos que a maioria das relações de vinculação estabelecidas são seguras (21) e que ao relacionarmos os desenhos com o gênero dos seus autores, não podemos concluir que existem diferenças pois em número, os rapazes e as raparigas são diferentes.

Auto-conceito e representações da vinculação

Tendo por base os resultados tóricos de outras investigações, comparamos o grupo de seguros com o grupo dos inseguros tendo como base de comparação aos resultados apresentados na escala de auto-conceito.

TABELA 4

Médias e Desvios Padrões do Auto-Conceito quanto à Qualidade de Vinculação

<i>Dimensões</i>	<i>Seguro:</i>		<i>Inseguros</i>		<i>Alfas</i>
	M	DP	M	DP	
C. Escolar	2.80	0.62	2.18	0.65	0.02 **
A. Social	3.01	0.77	3.19	0.60	0.53
C. Atlético	3.18	0.63	2.84	0.52	0.17
Aparência Física	3.19	0.64	2.29	1.05	0.008*
Comportamento	2.57	0.54	2.62	0.67	0.80
Auto-estima global	3.29	0.74	2.55	0.99	0.03 **

***(p<0.01); ** (p<0.05)**

As médias das dimensões do Auto-conceito, para o grupo dos seguros variam entre 2.57 (DP=0.54) na dimensão comportamento e 3.29 (DP=0.74) na auto-estima global. No grupo dos inseguros o valor das médias diminui variando de 2.18 (DP=0.65) na competência escolar a 3.19 (DP=0.60) na competência social. As médias dos dois grupos são diferentes, e na sua maioria, o grupo dos seguros tem médias superiores ao grupo dos inseguros. Em suma, analisando a tabela 4 percebemos que, os resultados da análise de variância demonstram a existência de diferenças significativas entre as crianças seguras e inseguras ao nível das dimensões Competência Escolar ($F(1,29)=6,03$; $p<0.05$), Aparência Física ($F(1,29)=8,29$; $p<0.01$) e Auto-estima global ($F(1,29)=5,13$; $p<0.05$). Não foram identificadas diferenças nas dimensões C. Social, C. Atlético e Comportamento. Deste modo, e como demonstra a literatura, as crianças seguras descrevem-se de uma forma mais positiva ao nível das suas capacidades escolares, ao nível da sua aparência física e demonstram ter também uma melhor auto-estima global.

Discussão

A presente investigação tinha como objectivo principal analisar as relações existentes entre a vinculação e o auto-conceito, nesta amostra de etnia cigana. Os resultados obtidos demonstram que a cultura desta etnia parece não alterar de forma significativa a relação entre qualidade da vinculação e auto-conceito. Como foi anteriormente relatado, vários são os estudos que têm sido desenvolvidos de modo a perceber a relação entre a vinculação estabelecida á figura cuidadora no período da infância e a imagem de si que a criança desenvolve e que se irá manifestar por toda a vida. (Cassidy, 1988, Harter, 1983)

Neste estudo, as médias resultantes do auto-conceito foram quase todas classificadas com um nível "sou um pouco assim" o que demonstra que esta amostra apresenta um auto-conceito positivo, no entanto o grupo de crianças seguras demonstra melhores resultados nas dimensões do auto-conceito. Quando relacionamos os dados do auto-conceito com os dados da qualidade da vinculação obtidos através da análise dos desenhos obtivemos resultados congruentes com estudos de vários autores. Percebemos que numa amostra de crianças vinculadas, existem sempre mais crianças seguras que inseguras, o que corrobora a ligação com os resultados positivos do auto-conceito.

Segundo Bowlby (1973/1984) as características que o self de uma criança assume estão relacionados, num primeiro momento, com a relação que esta estabelece com a figura de vinculação, pois é através desta que se vai conhecendo, e conhecendo o mundo. A partir destas experiências de contacto, a relação criada desenvolve mecanismos que permitem a sua subsistência no tempo. Para Bretherton (1990) a interacção e as representações dessa interacção que a criança cria, são complementares. A criança ao experienciar a rejeição por parte da figura de vinculação, constrói um modelo interno de si como " não merecedora", do mesmo modo que uma criança que experimente uma relação baseada no amor, suporte e segurança construirá um modelo de si valoroso. Nesta linha de raciocínio os modelos internos de representação, seriam resultado de uma auto-avaliação da interacção que se estabelece na infância. Tal como Cassidy (1988) nos seus estudos provara, a presente investigação também verificou a existência de uma relação entre a vinculação e os componentes do auto-conceito.

Na sua maioria os resultados demonstram que, as crianças identificadas como seguras, tem valores mais elevados nas dimensões do auto-conceito, estando o valor mais elevado associado à Auto-Estima Global que avalia até que ponto a criança se valoriza, valoriza a sua vida

e se sente feliz consigo mesma. Os resultados do presente estudo, relativos à auto-estima Global corroboram os encontrados por Cassidy (1988) que demonstravam como as crianças classificadas como seguras demonstravam uma tendência para se descreverem de forma mais positiva que as crianças inseguras.

No entanto, em três dimensões, as médias do auto-conceito não apresentaram diferenças significativas. A inexistência de diferenças significativas fez-se notar nas dimensões Competência Social, Comportamento e Competência Atlético. Estas podem estas, de certo modo, relacionadas com o ambiente em que vivem e com a cultura que possuem. Sendo a Aceitação Social uma dimensão do auto-conceito que avalia como a criança se sente aceite pelos pares, a Competência atlética, o modo com a criança se sente face ao seu desempenho em jogos e actividades desportivas e a Atitude Comportamental, a dimensão que avalia como a criança vê o modo como se comporta, podem estar relacionadas com a educação familiar que é dada a estas crianças.

Relacionando a vinculação às figuras parentais com a educação parental que a criança recebe, percebemos que, a criança cigana é educada para ser um bom representante de etnia, um bom cigano. Um bom cigano é o que respeita as suas leis, vive para a família, respeitando os mais velhos e apoiando as suas decisões. (Nunes, O., 1996)

Deste modo, a criança é extremamente valorizada se o seu comportamento reflecte esta aceitação dos valores culturais, o que pode de certo modo ser uma explicação para não existirem diferenças nos resultados obtidos no grupo das crianças seguras e inseguras. Estes resultados são de certa forma apoiados pela teoria de Gegas (1982) que refere a influencia que os factores exteriores tem formação do auto-conceito. Este descreve factores como: a comparação de comportamentos pessoais com os dos seus pares sociais em situações idênticas com as quais se identifica e a avaliação que o sujeito faz de si, e de si com os outros, ser baseada num conjunto de valores existentes em grupos normativos, levando a que um individuo se sinta satisfeito ou insatisfeito. Talvez seja este o fenómeno que toma lugar num grupo étnico com valores culturais tão marcados e vinculados como os que regem a comunidade cigana.

Apesar de o estudo ir de encontra aos resultados encontrados por outros autores é necessário salientar algumas limitações para apoiar a repercussão de estudos futuros.

A primeira prende-se com a dimensão da amostra, que seria muito mais representativa quanto maior fosse o número de participantes. A segunda remete para os instrumentos utilizados neste estudo que, apesar de estarem validados para a população portuguesa, foi necessário proceder a alguma alterações devido às competências de leitura das crianças serem ainda diminutas.

Talvez esta alteração tenha de algum modo influenciado as respostas do auto-conceito. Outra limitação encontrada no decorrer do estudo, alerta para que, num momento futuro se tenha em conta, a homogeneização da amostra, ou seja, ao analisar os desenhos infantis da família encontramos crianças que não possuíam mãe, ou pai e que viviam com outros parentes, o que de certo modo leva a pensar se esta relação primária estabelecida teria sido transformada e transferida para outro elemento da família devido a acontecimentos geradores de stress. Partindo deste núcleo de figuras cuidadoras, seria interessante ser analisada em estudos futuros, a qualidade da relação estabelecida à mãe e ao pai, ou às duas figuras cuidadoras, tendo em conta a variável género da criança de etnia cigana.

Sendo esta etnia o resultado de um cultura patriarcal, muitos são os estudos que poderiam ser desenvolvidos para perceber até que ponto pode a cultura de uma minoria étnica influenciar o desenvolvimento psicossocial das crianças a que ela pertencem.

.Referências bibliográficas:

Atger (2004). Avaliação da vinculação no adolescente e adulto. In. N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds). *Vinculação: conceitos e aplicações*. (pp. 111 – 121). Lisboa: Climepsi.

Ainsworth M. (1969). Object relations dependency and attachment: a theoretical review of the infant-mother relationship. *Child development*, 40, 969-1025

Ainsworth, M. & Bowlby, J.(1991). An ethological Approach to Personality Development. *American Psychologist*. Vol. 46 (4), 333-341.

Bowlby, J. & Ainsworth, M.(1981).Cuidados maternos e Saúde Mental. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J.(1984). *Apego: A natureza do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1969)

Bowlby, J. (1984). *Separação: angustia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1973)

Bowlby, J. (1984). *Perda: Tristeza e Depressão*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1980)

Bretherton, I.(1990). Communication patterns, internal working models, and the intergenerational transmission of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, (3), 237-252

Bretherton, I. (1994). The origins of attachment theory: Jonh Bowlby and Mary Ainsworth in R. Parke, P. Ornstein, J. Reiser, & C. Zahn-Waxler (Eds). *A century of developmental psychology*.(pp. 431-471) Washington: American Psychological Association

Burns, R. (1979). *The self-concept: Theory, measurement, development and behavior*. Harlow: Longman House.

Cassidy, J. (1988). Child-mother attachment and the self in six-year-olds. *Child development*, 59, 121-134.

Cassidy. (1999). Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications. New York : Guilford Press.

Collins, N. & Read, S. (1990). Adult Attachment Style, working models and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*. 58, (4), 644-663.

Diniz, T. (1999). *Auto-estima, identidade social e passado escolar : estudo exploratório numa amostra de adolescentes a frequentar uma escola profissional*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Duarte, I., Castro, A., Afonso, J., Sousa, M., Antunes, M., & Antunes, M. (2005). *Coexistência inter-étnica, espaços de representações sociais – Os ciganos vistos pelos outros*. Porto: Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas.

Easterbrooks, M. & Abeles, R. (2000). Windows to the self in 8-years-olds: Bridges to attachment representation and behavioral adjustment. *Attachment & Human Development*. 2, (1), 85-106.

Feiring, C. & Taska, L. (1996). Family self-concept: Ideas on its meaning. In. A. Bracken, (Eds.). *Handbook of self concept*. New York: Wiley. pp. 317-373.

Fury, G., Carlson, A. & Sroufe, A.(1997). Children´s Representations of Attachment Relationships in Family Drawings. *Child Development*. Vol. 68, 6, 1154-1164.

Gonçalves, A., Garcia, O.& Barreto, P. (2006). *Tradição e prospectiva nos meadros da economia cigana: circuitos peri-económicos na grande Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas.

Harter, S. (1983). Developmental perspectives on the self-system. In. Mussen, P. (Eds.). *Handbook of Child psychology*. New York: John Wiley.

Harter, S. & Pike, R. (1984). The Pictorial scale of Perceived Competence and social Acceptance for young Children. *Child development*. 55, 1969-1982.

- Harter, S. (1996). Historical Roots of Contemporary Issues Involving Self-Concept. In. A. Bracken (Eds.). *Handbook of self concept*. pp. 1-37. New York: Wiley
- Harter, S. (1999). *The construction of the self: a developmental perspective*. New York: Guildford Press. pp. 1-162.
- Hattie, J. (1992). *Self-concept*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Kerns, K., Tornich, P., Aspelmeier, J. & Contreras, J. (2000). Attachment-Based Assessments of Parent- child Relationships in Middle Childhood. *Developmental Psychology*. 36, (5), 614-626.
- Lopes, C. (2001). *Auto-conceito e estatuto social da criança*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Main, M. & Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the Parent With the Parent at Age 6: Predictable from Infant Attachment Classification and Stable Over a 1- Month Period. *Developmental Psychology*, 3, 415-426.
- Main, M., Kaplan, N.& Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of Representation. In. I. Bretherton, & E. Waters (Eds.). *Growing points of attachment theory and research, Monography of the society for research in child Development*. 50, 1-2, 66-102.
- Markus, H. (1977). Self-Schemata and Processing Information about the Self. *Journal of Personality and Social psychology*. 35, (2), 63-78.
- Marsh, H. (1994). Using the National longitudinal of 1988 to evaluate Theoretical Models of self-concept: The self-Description questionnaire. *Journal of educational Psychology*. 86,(3), 439-456.
- Marsh, H. & Shavelson, R.(1985). Self-concept: Its Multifaceted Hierarchical Structure. *Educational Psychologist*. 20, (3), 107-123.

- Martins, M. A., Peixoto, F. Mata, L., & Monteiro, V. (1995). Escala de auto-conceito para crianças e pré-adolescentes de Susana Harter. In. L. S. Almeida, M. Simões, & M. Gonçalves (Eds.), *Provas Psicológicas em Portugal* (pp. 79-89). Braga APPORT
- Miljkovitch, R., Pierrehumbert, B., & Halfon, O. (2007). 'Tree-year-old' Attachment Play Narratives and Their associations with Internalizing Problems. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 14, 249-257.
- Miocque (2004). Aspectos transculturais do conceito de vinculação. In. N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.) *Vinculação: conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi
- Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano*. Lisboa: Grafilarte, Artes gráficas, Lda.
- Peixoto, F.(2003). *Auto-estima, autoconceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar: estudo das relações entre auto-estima, autoconceito, rendimento académico e dinâmicas relacionais com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º, e 11º anos de escolaridade*. Dissertação de doutoramento em Psicologia, apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Pianta, R., Longmaid, K. & Ferguson, J. (1999). Attachment- Based Classifications of children's Family Drawings: Psychometric Properties and Relations with Children's Adjustment in Kindergarten. *Journal of clinical child Psychology*. Vol. 28, 2, 244-255.
- Raposo, R. (1996). Estudo longitudinal do auto-conceito, auto-estima e atribuição causal em crianças e adolescentes de um serviço de apoio psico-pedagógico. Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C. & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*. 4(22), 643-665.
- Rodrigues, D. & Santos, A. (2006). Grupo social, Género e Família na Etnia Cigana: O caso dos ciganos evangélicos. In. S. Bastos & J. Bastos (Eds.), *Filhos diferentes de deuses diferentes: Manejo da religião em processos de inserção social diferenciada: Uma abordagem estrutural dinâmica*.(189-204). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e minorias étnicas.

Schaffer, H. (1996). *Desenvolvimento social da criança*. Lisboa: Piaget, 153-207.

Serra, A. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*. 2, (6), 101-110.

Silva, L. (2005). *Saúde/Doença é questão de cultura: Atitudes e comportamentos de saúde materna nas mulheres ciganas em Portugal*. Porto: Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas. pp 26-76.

Veríssimo, M. & Santos, A. (2001). *Manual de Classificação do Desenho Infantil da Família em Termos da representação da Vinculação*. Lisboa: UIPCDE- Psicologia do Desenvolvimento, ISPA.

Waters, E. & Sroufe, L. (1977). Attachment as an Organizational Construct. *Child Development*. 48, 1184-1199.

Waters, E. & Sroufe, L. (1983). Social Competence as a Developmental Construct. *Developmental Review*. 3, 79-97.